

SABERES DOCENTES REQUERIDOS PARA A INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO: um estudo comparativo em Rondônia/Brasil

TEACHING KNOWLEDGE REQUIRES FOR INVESTITURE IN PUBLIC POSITION: a comparative study in Rondônia/Brazil

Geovana da Costa Oliveira¹ - IFRO
Xênia de Castro Barbosa² - IFRO
Márcia Letícia Gomes³ - IFRO

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre os saberes docentes requeridos e avaliados em processos seletivos para ingresso no cargo público de professor no Estado de Rondônia no âmbito da Rede Estadual de Ensino e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Quanto aos objetivos específicos, busca-se discutir a inclusão de professores com deficiência no Serviço Público, bem como analisar as condições para o desenvolvimento de seus saberes e práticas docentes. O estudo foi conduzido com base no método do Estudo de caso. Concluiu-se que os saberes requisitados pelos editais analisados representam apenas uma parte dos conhecimentos que os professores precisarão mobilizar em suas práticas cotidianas no espaço escolar, e no caso dos professores ingressantes em vaga de Pessoa com Deficiência, estes não tiveram acesso a políticas específicas de formação continuada adequadas às necessidades decorrentes de suas deficiências.

PALAVRAS-CHAVE: Docência; Serviço Público; Pessoas com Deficiência

ABSTRACT

The main objective of this article is to promote a reflection on the teaching knowledge required and evaluated in selective processes for admission to the public position of teacher in the State of Rondônia, within the scope of the State Education Network and the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. . As for the specific objectives, we seek to discuss the inclusion of teachers with disabilities in the Public Service, as well as to analyze the conditions for the development of their knowledge and teaching practices. It was concluded that the knowledge required by the public notices analyzed represents only a part of the knowledge that teachers will need to mobilize in their daily practices in the school space, and in the case of teachers entering the Person with Disabilities, vacancy, they did not have access to specific continuing education policies suited to the needs arising from their deficiencies.

KEYWORDS: Teaching; Public service; Disabled people

DOI: 10.21920/recei72023929107120
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72023929107120>

¹Acadêmica do Curso de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Assistente em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: geovana.costa@ifro.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0319-8262>

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Docente do Curso de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: xenia.castro@ifro.edu.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8082-6974>

³Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: marcia.leticia@ifro.edu.br. / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6920-6670>

INTRODUÇÃO

Diante de uma economia instável e frequentemente atravessada por crises, o ingresso no Serviço Público é almejado por muitos brasileiros, e compreendido como caminho possível para a estabilidade financeira pessoal e familiar. Embora a estabilidade financeira seja um dos principais objetivos de quem busca a aprovação em concurso público, outros valores e representações sociais também se associam a ele, como o prestígio social, o *status*, a possibilidade de realização pessoal e profissional e a possibilidade de contribuir, em alguma medida, com a sociedade.

Sabe-se, todavia, que as vagas para os cargos públicos são limitadas - o que eleva a concorrência; e que as dinâmicas escolares e acadêmicas, ao contrário do que se acreditava até o início do século XX, são reprodutoras de um sistema objetivo de posições e dominação na ordem social (BOURDIEU, 2012; BOURDIEU; PASSERON, 2014), o que coloca os indivíduos em patamares diferenciados no que diz respeito à preparação para os concursos públicos. Desse modo, as condições de acesso e permanência no sistema escolar não são iguais para todos, variando de acordo com a origem familiar, a classe, o gênero, a existência ou não de deficiência, dentre outros fatores. Essas diferenças não são suprimidas na vida escolar e acadêmica, ao contrário, tendem a ser reforçadas e ter implicações diretas no que diz respeito à permanência e ao êxito dos estudantes.

Para reduzir as desigualdades sociais e as desigualdades nas condições de acesso ao Serviço Público, o Estado brasileiro tem se equilibrado entre uma perspectiva *meritocrática* (em que se espera que os melhores¹ sejam os aprovados) e uma perspectiva *compensatória*, com ações afirmativas para pessoas pretas, pardas e indígenas, e para Pessoas com Deficiência (PcD).

Os dispositivos pelos quais o Estado brasileiro opera esse atual esforço de equilíbrio são a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição; a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que classificou como crime punível com reclusão de dois a cinco anos e multa o ato de obstar inscrição em concurso público ou obstar o acesso de PcD a cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência, assim como a ação de negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.

Em face desta contextualização introdutória, o presente artigo estima colaborar com a reflexão sobre os saberes docentes requeridos e avaliados em processos seletivos para ingresso no cargo público de professor no Estado de Rondônia no âmbito da Rede Estadual de Educação e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se, portanto, de um estudo comparativo, que teve como objetivos discutir a inclusão de professores com deficiência no Serviço Público, bem como analisar as condições para o desenvolvimento profissional de seus saberes e práticas.

A questão norteadora que motivou a investigação aqui apresentada foi: “Quais os saberes requeridos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a admissão ao cargo de professor efetivo?” A

¹ Por “melhores” leia-se os de melhor desempenho em provas padronizadas no limite das vagas ofertadas.

investigação foi conduzida em abordagem qualitativa, com base no Método do Estudo de Caso (YIN, 2001) a partir de procedimentos da pesquisa bibliográfico-documental.

Quanto ao estado da arte, a discussão sobre saberes docentes encontrou lastro nos estudos de Freire (1996), Tardif (2012) e Andrietta (2014). Já a discussão sobre deficiência e necessidades específicas de professores com deficiência no serviço público tem recebido importante contribuição de Carvalho (2018), Machado (2019) e Platt (2004), dentre outros.

No que reporta ao primeiro eixo de discussão (saberes docentes), Freire (1996), destaca que ensinar é uma ação essencialmente humana, e apresenta uma relação de saberes que se fazem necessários ao exercício da docência, dentre os quais: rigor metódico, curiosidade, pesquisa constante, criticidade e reflexão acerca da própria prática, capacidade de aceitar os riscos do fracasso e da rejeição, compromisso de classe, humildade, esperança de que a mudança é possível, respeito aos saberes prévios dos estudantes e à diversidade cultural, dentre outros.

Tardiff (2012), por seu turno, destaca que os saberes docentes são heterogêneos, plurais e processuais, ou seja, se consolidam tanto por meio teórico e normativo quanto por meio experiencial (prática profissional). No encaço das ideias do autor, Andrietta (2014) problematizou a questão da formação inicial de docentes e as vias de construção desse saberes. Para tanto, operou uma reconstituição do percurso histórico-político da formação de professores no Brasil visando a identificar as mudanças ocorridas na profissão e, por conseguinte, as transformações nos saberes adquiridos no processo de formação profissional.

Na esteira das reflexões sobre deficiência e necessidades específicas de professores com deficiência no serviço público, Carvalho (2018) discorreu sobre a inclusão de servidores com deficiência na Universidade Federal da Paraíba, partindo de fatos geradores de segregação e de preconceitos que permearam a vida das pessoas com deficiência. O estudo analisou o acesso de servidores públicos com deficiência na Universidade Federal da Paraíba, ponderando sobre as barreiras atitudinais de acessibilidade existentes na instituição investigada.

Machado (2019) analisou ações administrativas implementadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a inclusão laboral de pessoas com deficiência, ingressantes por meio da política de cotas para PcD. O autor considerou, no estudo de caso, o processo abrangido pelo ingresso, pelo exercício profissional e pelas ações de permanência e qualificação para o trabalho. Platt (2004), embora não tenha tratado especificamente da inclusão de PcD no Serviço Público, trouxe relevantes reflexões sobre o advento do paradigma da educação inclusiva e das transformações que ele mobilizou nas diversas áreas, fazendo um contraponto com as políticas econômicas neoliberais e excludentes que ganharam força nos anos 1990.

No que tange ao recorte empírico da presente pesquisa (Estado de Rondônia), não foram localizados estudos acadêmicos que versassem sobre o tema. Desse modo, justifica-se o desenvolvimento deste artigo como esforço para contribuir para a redução da lacuna bibliográfica sobre o tema na referida escala.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para esta pesquisa, adotou-se como método o Estudo de Caso, por se mostrar adequado para a investigação de fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, no qual os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente delimitados (YIN, 2001). Outra vantagem apresentada por este método é a de “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55); desse modo, trata-se de um método que vem sendo progressivamente empregado no campo da

educação e das ciências sociais, transcendendo a esfera dos estudos biomédicos, onde foi originalmente desenvolvido.

A aquisição de dados foi procedida mediante pesquisa documental em que foram analisados editais de concursos públicos do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, além de documentos das duas instituições, a fim de se levantar informações sobre programas, projetos e ações desenvolvidos em prol da inclusão e desenvolvimento profissional de professores PcD.

As análises dos dados foram procedidas em perspectiva temática, à luz da literatura concernente à temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Saberes docentes: as exigências dos editais e as exigências da prática pedagógica

Observou-se, por meio de análise comparativa dos dois últimos editais de seleção de professores efetivos para compor o quadro de servidores do IFRO e da Rede Estadual de Educação de Rondônia (Edital N° 73/2021/REIT - CEA/IFRO e Edital N. 237/GCP/SEGEP/2016), que ambos apresentam de forma genérica os saberes docentes esperados pelas instituições contratantes. Antes de adentrarmos na discussão dos saberes profissionais requeridos pelos certames, entende-se como relevante pontuar, previamente, alguns aspectos contextuais aos referidos editais.

Primeiramente, destaca-se a pouca quantidade de editais para seleção de docentes efetivos, tanto no IFRO quanto na Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC/RO). No caso do IFRO, o último edital, anterior ao analisado neste estudo, foi o edital N° 30/2018/REIT - CGAB/IFRO, de 05 de Outubro de 2018, o qual ofereceu apenas 10 vagas. Ou seja, a instituição teve um hiato de quatro anos entre o edital mais recente (Edital N° 73/2021/REIT - CEA/IFRO) e o anterior a ele (Edital N° 30/2018/REIT - CGAB/IFRO). No caso da SEDUC/RO, o edital mais recente foi publicado em 2016, ou seja, há seis anos, e o que lhe antecedeu data de 2013. No quadro 1, sintetizamos informações concernentes aos referidos editais

Tabela 1: Síntese dos editais analisados, 2022.

Edital	Ano	Cargo	Total de vagas ofertadas
N.006/GDRH/SEAD, de 10 de Janeiro de 2013.	2013	Professor Classe "C"	1.144
N. 237/GCP/SEGEP, de 22 de Setembro de 2016.	2016	Professor Classe "C"	553
N° 30/2018/REIT/CGAB/IFRO, de 05 de Outubro de 2018.	2018	Professor EBTT	10
N° 73/2021/REIT/CEA/IFRO, de 22 de Novembro de 2021.	2021	Professor EBTT	28

Fonte: Xênia de Castro Barbosa (2022).

O intervalo de tempo entre um edital e outro, em ambas as instituições, é sugestivo de um processo de retração de investimentos no Serviço Público de modo geral, e na Educação Pública. Essa retração de investimentos, que afeta, dentre outras coisas, a abertura de vagas em concursos públicos, costuma ser justificada com base na necessidade de equilíbrio fiscal e orçamentário e de maior racionalidade na formação do quadro de funcionários (PAULA, SILVA, EMMENDOERFER, ABRANTES, 2018).

Destaca-se que, no âmbito federal, em 2016, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional Nº 241 (PEC 241), que estabeleceu um **teto de gastos públicos** para o Brasil, o qual entrou em vigor em 2017. Por meio desta PEC, o orçamento público federal está congelado pelo período de duas décadas, ou seja, se não houver revisão, o orçamento público federal de 2037 será o mesmo que o de 2017, apenas com o acréscimo referente às correções da inflação. A mesma política de austeridade tem sido adotada pelos estados. Entretanto, essa limitação de investimentos tem ocorrido, sobretudo, nas áreas da saúde e da educação, que frequentemente têm sofrido bloqueios, contingenciamentos e cortes. No extremo oposto, outros setores se desenvolvem com mais liberdade, tendo acesso, inclusive, a um orçamento secreto, que passa ao largo dos princípios da transparência, publicidade e economicidade.

Assim, os editais analisados correlacionam-se a este contexto de redução do Estado e de avanço do ideal neoliberal, e as vagas por eles ofertadas foram disputadas de maneira acirrada.

No que reporta aos saberes docentes avaliados, o edital N. 237/GCP/SEGEP, de 22 de Setembro de 2016 concentrou-se nas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, História e Geografia de Rondônia, Informática Básica, Conhecimentos Pedagógicos e Conhecimentos Específicos ao cargo pleiteado. O caderno de provas foi composto de 50 questões, sendo 10 em Língua Portuguesa, 15 em Conhecimentos Pedagógicos, 15 em Conhecimentos Específicos, 5 em História e Geografia de Rondônia e 5 em Informática Básica.

Quanto aos conhecimentos gerais requeridos, os seguintes tópicos foram indicados como possíveis de serem cobrados no concurso:

Língua Portuguesa: Compreensão e Interpretação de textos. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis: conceito, classificação e emprego; termos da oração. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia. Conotação e Denotação. Figuras de sintaxe, de pensamento e de linguagem. Emprego dos sinais de pontuação. Uso do sinal indicativo de crase. Funções sintáticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação.

História e Geografia de Rondônia: Colonização da Amazônia Ocidental. Aldeias indígenas do estado de Rondônia. Ocupação econômica com os seringais. Tratados e Acordos. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Cândido Rondon e a integração nacional. Território Federal de Guaporé e a criação do estado de Rondônia. Evolução político-administrativa dos municípios de Rondônia. Localização e limites entre os municípios. Governadores do estado de Rondônia. Divisas e fronteiras do estado de Rondônia. Setores produtivos da agropecuária: área de exploração e importância econômica. Expansão da fronteira agrícola: economia x sociedade. Hidrografia. Clima do estado. Principais unidades de relevo do estado e do entorno amazônico. Biomas e a degradação ambiental. Principais Unidades de Conservação Ambiental. População do estado: migrações e condições socioeconômicas. Setores econômicos: indústria e serviços. Rondônia como lugar de políticas públicas nacionais.

Informática Básica: Noções de sistema operacional (ambientes Windows). Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office). Redes de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet, extranet. Programas de

navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome). Programas de correio eletrônico (Microsoft Office Outlook, Mozilla Thunderbird). Sítios de busca e pesquisa na Internet. Redes sociais. Computação na nuvem (cloud computing). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). Procedimentos de backup. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

Conhecimentos Pedagógicos: História da Educação no Brasil e seus desdobramentos na atualidade. Filosofia da Educação. Sociologia da Educação. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Teorias da aprendizagem. Contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação. Transversalidade, transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental. Tendências do pensamento pedagógico. Avaliação da aprendizagem escolar. Metodologia de ensino. Didática. Planejamento escolar. Organização do currículo. Cotidiano da escola: conselho de classe, planejamento, avaliação e acompanhamento. Aprendizagem significativa. Educação e cultura afro-brasileira. O Projeto Político Pedagógico da Escola. Rotina e gestão em sala de aula. Questões das relações do grupo. Bullying. Brincar e aprender. Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares. As Bases Legais da Educação Escolar Brasileira: Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e alterações posteriores. Resolução nº 04, de 13/07/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Políticas Públicas da Educação Básica. Estatuto da criança e do adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Além da prova de conhecimentos gerais, os professores que participaram do concurso regido pelo Edital Nº. 237/GCP/SEGEP, de 22 de Setembro de 2016 também foram avaliados quanto a conhecimentos específicos da área em que estavam pleiteando a vaga, desse modo, a título de exemplo, os candidatos a uma das vagas de professor Biologia, além de ser avaliado quanto aos elementos gerais acima apresentados, também precisou responder a questões específicas de sua área, tais como Bioquímica celular, Citologia, Respiração celular e fermentação. Fotossíntese e quimiossíntese, Síntese proteica, Divisões celulares, Principais síndromes humanas (Down, Turner e Klinefelter), Histologia animal e vegetal, Embriologia, Genética, dentre outros.

Embora os componentes teóricos avaliados pelo certame sejam adequados a uma perspectiva contemporânea da educação e atenta aos aspectos locais e regionais onde o professor irá trabalhar, o concurso não previu prova de desempenho didático para o cargo de professor. Assim, conhecimentos como capacidade de planejamento didático-pedagógico, de uso do tempo, de uso dos recursos pedagógicos disponíveis, de condução de atividade avaliativa ou de fixação, e a própria didática docente, não foram avaliados.

Outrossim, o último concurso ofertado pela Secretaria Estadual de Educação de Rondônia ofertou 553 vagas para o cargo de Professor Classe “C” (classe iniciante) e previu apenas duas etapas para esse cargo: a prova escrita - de conhecimentos gerais e específicos, e a avaliação dos títulos (diplomas de pós-graduação *lato e stricto sensu*), considerados apenas para fins classificatórios.

Já no concurso do IFRO, regido pelo edital Nº 73/2021/REIT - CEA/IFRO, de 22 de Novembro de 2021, o certame contou com três fases, uma objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, que avaliou os conhecimentos gerais e específicos dos candidatos, uma de desempenho didático, também de caráter eliminatório e classificatório, e a terceira de avaliação dos títulos - esta limitada à dimensão classificatória.

Na prova objetiva, foram avaliados conhecimentos em Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação, Didática e Conhecimentos específicos. Foram aplicadas 10 questões de Língua Portuguesa, 20 de Conhecimentos específicos e 5 das demais.

Diferentemente do edital da SEDUC/RO, este, do IFRO, não avaliou conhecimentos na área de História e Geografia de Rondônia. Em contrapartida, aferiu conhecimentos nas áreas de Raciocínio Lógico e de Legislação, de maneira mais abrangente que a primeira, visto que esta não se limitou à legislação educacional. Dentre os tópicos indicados no edital como possíveis de serem cobrados na primeira fase do concurso constam:

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Reconhecimento de tipos e gêneros textuais; Domínio da ortografia oficial; Emprego da acentuação gráfica; Domínio dos mecanismos de coesão textual; Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual; Emprego/correlação de tempos e modos verbais; Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Emprego dos sinais de pontuação; Concordância verbal e nominal; Emprego do sinal indicativo de crase; Colocação dos pronomes átonos; Reescritura de frases e parágrafos do texto; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Análise do Discurso: pressupostos, subentendidos e implícitos.

Raciocínio Lógico: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Princípio fundamental de contagem; Análise combinatória; Probabilidade; Porcentagem; Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, as conclusões determinadas.

Informática: Sistema Operacional Windows 10; Conhecimento sobre o Pacote Microsoft Office 2016 (Word, Excel, PowerPoint); Office 365 Online; Ferramentas do GSuíte (Gmail, Drive, Documentos, Planilhas, Apresentações, Formulários, Classroom, Meet, Agenda); Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle; Internet; Antivírus; Redes de Computadores e a Internet; Conexões de Redes Wireless; Hardware – Componentes de microcomputadores; Nomenclatura e função dos hardwares do computador.

Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto / Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia / Capítulo VII – Da Administração Pública; Lei nº 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Lei nº 8.112/1990: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; Decreto nº 1.171/1994: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; Lei nº 9.394/1996, e suas alterações: Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 11.892/2008: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências; Lei nº 12.772/2012: Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 6/4/2018: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do Quadriênio 2018-2022, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO; Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29/12/2015: Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Didática: Legislação para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico; Planejamento escolar (planejamento de ensino, planejamento de sala de aula etc.) e políticas

públicas educacionais: políticas de efetivação e implantação das metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2011 e 2014-2024 para o Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e formação e valorização do profissional da educação; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional Tecnológica; Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas; Tendências Pedagógicas; Pressupostos teóricos para o Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Técnico, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional Tecnológica; Concepções de Educação e Escola; Avaliação Educacional: concepções, tipos e funções (avaliação institucional e avaliação da aprendizagem); Função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise; As mudanças no mundo do trabalho e a educação; Os elementos do trabalho pedagógico: ensino por competências, objetivos, conteúdos segundo sua tipologia e organização, metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem (na perspectiva reguladora); Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas; A multidimensionalidade do processo ensino e aprendizagem; A interdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender; Construção e a visão interdisciplinar e transversal do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade; Gestão escolar democrática e participativa: novos desafios para a gestão; O Projeto Político-Pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores; Políticas de Educação Especial e Inclusão escolar; Educação Étnico-racial e políticas de ações afirmativas para a educação étnico-racial.

Visivelmente, o edital analisado, para ingresso na carreira do magistério da Educação, Básica, Profissional e Tecnológica (EBTT) apresenta maiores exigências, sendo uma delas, a prova de desempenho didático que, no caso em comento, considerou os seguintes aspectos:

Figura 1: Itens avaliados na prova didática do IFRO, 2021

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Planejamento contendo elementos essenciais do Plano de Aula	10
2	Precisão e clareza entre os elementos do Plano de Aula	10
3	Utilização e citação durante a exposição de referencial teórico adequado ao tema	10
4	Coerência entre o planejamento e execução da aula	10
5	Utilização de linguagem apropriada com fluência verbal e concordância gramatical	10
6	Abordagem e sequência lógica no desenvolvimento da aula dos aspectos essenciais do tema	10
7	Domínio e segurança no desenvolvimento do conteúdo	10
8	Emprego de técnica e recurso de ensino apropriados ao tema	10
9	Utilização de exemplos reforçadores do conteúdo explorado	10
10	Aula ministrada com introdução, desenvolvimento e conclusão de forma articulada com a temática explorada	10
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO		100

Fonte: Edital N° 73/2021/REIT - CEA/IFRO, de 22 de Novembro de 2021.

Os editais analisados apresentam conhecimentos prévios que os professores e professoras precisam demonstrar para ingresso no serviço público, seja o estadual, seja o federal. São conhecimentos passíveis de serem mensurados em exames padronizados, aplicados em larga escala, e atendem às expectativas de tratamento isonômico e de lisura no processo. Todavia, estima-se que, para além desses conhecimentos – que são relevantes e necessários, a prática profissional exigirá, ainda, outros saberes, muitos dos quais não estão nos manuais preparatórios para concurso e nem são devidamente ensinados nos cursos de licenciaturas. Têm-se em mente saberes relacionados às habilidades para o convívio interpessoal, para a compreensão das dinâmicas dos tempos e espaços escolares, a capacidade de mostrar-se acolhedor e inclusivo, de valorizar a diversidade presente na escola, de demonstrar empatia, de tomar medidas assertivas, de gerenciar situações de conflito e indisciplina, de manter-se motivado e motivador, aberto à

construção dialógica do conhecimento, bem como de administrar a rotina escolar, cumprindo os prazos com organização e zelo.

Esses saberes adicionais, que não são aferidos pelas provas dos concursos, se fazem de grande relevância no cotidiano das práticas pedagógicas. São saberes construídos e modelados no cotidiano do trabalho, embora se relacionem também à formação acadêmica, o perfil do campo do conhecimento a que pertencem, à formação continuada, assim como à trajetória de vida dos professores, às suas experiências e visões de mundo (TARDIF, 2012; ANDRIETTA, 2014).

Tardif (2012, p. 36), conceitua o saber docente como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”. Trata-se, portanto, de saberes tecidos a partir de muitos e distintos fios, que se entrelaçam na constituição de uma tapeçaria intelectual sempre inacabada e sempre sujeita a novos desafios, como a operação de Penélope, a esposa fiel de Ulisses (HOMERO, 2011).

Os saberes docentes são mobilizados no exercício profissional, e é recomendado aos docentes que reflitam sobre eles, que os avaliem, que busquem aperfeiçoá-los, assim como é recomendado que o Estado e as instituições de ensino ofereçam oportunidades de formação continuada aos professores que integram seus quadros, visto que ninguém sabe tudo, e que as transformações no tempo e na cultura requerem atualizações e novas aprendizagens.

No que reporta aos caminhos de construção dos saberes professorais, são caminhos diversos, que se transversalizam a partir de elementos variados, dentre os quais: a formação acadêmica e os demais cursos de formação profissional; os saberes disciplinares, que estabelecem as normas, as metodologias, as regras de validação de cada campo, e que se incorporam à prática docente; os saberes curriculares, concernentes aos objetivos, conteúdos e métodos a partir da seleção das instituições; os saberes experienciais, próprios ou de terceiros, avaliados como úteis, consolidados na forma *habitus* e de habilidades (TARDIF, 2012). Ainda segundo o autor, mobilizar, dominar e integrar esses saberes é condição para o êxito da profissão docente, visto que na prática docente, não bastam os saberes disciplinares ou curriculares, e nem os experienciais, mas é preciso a articulação clara e consciente de todos eles.

A forma como Tardif (2012) classificou os grupos de saberes docente é semelhante à procedida por Gauthier, Martineau, Desbiens e Simard (1998). Estes autores apontaram para dois graves obstáculos que se impõem frente à emergência dos saberes profissionais: a *cegueira conceitual* - entendida como a ausência de domínio dos conceitos e princípios pedagógicos e dos conhecimentos específicos de cada componente curricular, e os *saberes sem ofícios* - aqueles meramente teóricos, descontextualizados e desconexos da prática didático-pedagógica. O autor defende uma formação integral, que articule a teoria, a prática e os desafios da vida social. Nesse sentido, critica os cursos de formação de professores, quando trabalham com um tipo idealizado (e fictício) de professor e um tipo idealizado (e fictício) de escola e de aluno.

Segundo Gauthier (1998), para um bom desempenho do trabalho docente, este profissional necessita dominar tanto o saber disciplinar quanto o saber curricular, o saber pedagógico e da tradição pedagógica e o saber experiencial. De posse desse manancial de saberes, é possível ao professor não só desenvolver seu trabalho com qualidade, como também refletir e repensar sua própria prática profissional.

Notas sobre os desafios enfrentados por professores PcD

Tendo em vista que os saberes docentes são processuais e se desenvolvem de forma cotidiana, não se limitando ao contexto da formação inicial, é necessário que lhes sejam possibilitadas oportunidades de formação continuada, assim como de momentos para avaliação e reflexão sobre a própria prática e as mudanças que o contexto exige. As mesmas oportunidades devem ser estendidas, por direito, aos professores PcD e, além dessas, os professores ingressantes nas vagas de PcD devem ter acesso a formações específicas e a condições de trabalho adequadas para que possam também exercer e desenvolver seus saberes profissionais. Desse modo, ações adicionais e específicas devem ser planejadas para esse segmento, visto que os desafios que enfrenta são também adicionais, a começar pelas frequentes barreiras arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais que enfrentam todos os dias, no trabalho e na vida.

Quanto ao ingresso de professores PcD no serviço público, ambos os editais analisados apresentaram condições e critérios para preenchimento de vagas por pessoas com deficiência; no entanto, é possível perceber que no Edital da SEDUC/RO foram ofertadas mais vagas do que no edital do IFRO. A SEDUC/RO disponibilizou 10% das vagas para o grupo PcD, enquanto o edital do IFRO ofertou apenas 5% das vagas, contabilizando menor número. Ainda, vale ressaltar que apesar de as vagas serem disponibilizadas, deve-se corresponder às exigências vigentes nos editais, que estabelecem a necessidade de compatibilidade da deficiência com a função a ser exercida, de modo que não interfira ou prejudique o funcionamento de suas atribuições.

Compreende-se que a oferta de vagas destinadas ao grupo de pessoas com deficiência tem como objetivo a promoção da inclusão social, instituída pela Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre direitos assegurados às pessoas com deficiência, visando a que sua integração à sociedade se dê de forma integral e efetiva. Para tanto, vê-se que, embora a Lei preconize múltiplas formas de acessibilidade, instituindo normas e regulamentações para que a inclusão aconteça em todas as esferas da vida social – inclusive no serviço público, as condições ofertadas em concursos públicos para este segmento da população ainda mostram-se insuficientes.

As demandas trazidas pelas pessoas com deficiência precisam ser acolhidas dentro de suas necessidades específicas. De acordo com o parágrafo 5.3 do Edital N. 237/GCP/SEGEF:

5.3. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, os candidatos com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao local de aplicação de prova, ao horário, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de avaliação e aprovação, à pontuação mínima exigida e a todas as demais normas de regência do Concurso Público (RONDÔNIA, 2016, p. 6).

E de acordo com o parágrafo 6.2 do Edital N° 73/2021/REIT - CEA/IFRO:

6.2 A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das Provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da Prova e às notas mínimas exigidas, de acordo com o previsto no presente Edital (IFRO, 2021, p. 5).

Torna-se evidente que tais necessidades não têm sido atendidas, sendo imposta uma perspectiva meritocrática radical, que não flexibiliza a aplicação das provas no local de preferência do candidato (possivelmente local com acessibilidade adequada, onde ele se sente seguro para fazer a prova), e nem mesmo concede tempo adicional a esses candidatos, dificultando, assim, a investidura em cargos públicos. Desse modo, percebe-se que ainda persistem preconceitos e

resistências à inclusão, assim como falta de clareza quanto à necessidade de tratar de modo igual os iguais, e de modo diferente os desiguais com vistas a assegurar as condições necessárias para que todos participem da vida cidadã.

Nota-se, ainda, que a ausência de mecanismos, ferramentas e circunstâncias devidamente adaptadas tem dificultado o acesso e a realização das provas, bem como a continuidade no processo de investidura, tendo em vista que as limitações decorrentes da deficiência impedem que o sujeito concorra de forma igualitária com pessoas sem deficiência.

Ressalta-se, também, que além de todos os desafios e barreiras superados para realização dos critérios avaliativos, deve-se atentar à obrigatoriedade do laudo médico que corrobore a deficiência declarada, bem como exames e testes específicos para cada tipo, como o exame de audiometria, nos casos de deficiência auditiva, para que sua condição seja avaliada e deferida com base em dados concretos e princípios legais; caso não seja identificada, através dos exames, a deficiência informada, o participante passa a concorrer nas vagas de ampla concorrência, deixando de ocupar as vagas destinadas ao grupo PcD.

Nesse sentido, ficam explícitos os reveses atravessados pelos portadores de deficiência, pois a falta de acessibilidade e de recursos tem resultado em um baixo índice de alocação desses indivíduos em cargos públicos, gerando segregações que vão na contramão do princípio de inclusão social. Tal princípio prevê não só a participação, como também a permanência na atuação no âmbito público, a fim de assegurar ao indivíduo sua progressão no plano de cargo e carreira. Contudo, para que esse movimento de inclusão gere efeitos positivos na sociedade, com maior impacto, faz-se necessária a continuidade de projetos, pesquisas e ações que tenham como intuito a promoção da equidade, a fim de garantir tratamento e oportunidade igualitários com base no respeito à dignidade da pessoa humana e todo o rol de direitos fundamentais.

No que diz respeito às ações específicas para o desenvolvimento profissional de professores ingressantes em vagas de PcD no IFRO e na SEDUC/RO, não se localizou no último triênio nenhum curso de formação específico para o segmento, adaptados às suas necessidades de trabalho e às suas deficiências. Esses servidores têm se empenhado, com recursos próprios para se desenvolver profissionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método proposto para esta investigação (Estudo de Caso) mostrou-se adequado aos objetivos perscrutados, possibilitando a comparação entre duas experiências de contratação de professores efetivos, e a identificação dos conhecimentos exigidos em cada um dos editais que regem os processos seletivos - um da Rede Estadual de Educação Básica do Estado de Rondônia, e outro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nesta mesma unidade da federação.

Os achados da pesquisa indicaram que os saberes docentes requeridos nos dois editais analisados (Edital N° 73/2021/REIT - CEA/IFRO e Edital N. 237/GCP/SEGEP/2016) são generalistas - embora relevantes - e limitam-se ao campo dos saberes disciplinares e curriculares (TARDIF, 2012). Os elementos requeridos pelos certames mostraram-se adequados a avaliações padronizadas, aplicadas em larga escala, entretanto, não abarcaram (e nem poderiam abarcar, dado o perfil da avaliação) alguns dos saberes essenciais para a prática docente no tempo presente, como a capacidade de promover a inclusão, de valorizar a diversidade, e de gerenciar situações de conflito e de indisciplina. No caso do edital da SEDUC/RO (Edital N.

237/GCP/SEGEPE/2016), nem mesmo houve avaliação prática de desempenho didático dos docentes.

Compreendeu-se que os saberes docentes são construídos ao longo dos processos formativos, do exercício profissional, da tradição herdada e das experiências de vida dos docentes. Dominar, articular e expressar esses saberes é um desafio cotidiano que perpassa o trabalho docente.

Esses desafios são ainda maiores quando consideramos o trabalho dos professores PcD, uma vez que esses servidores, tanto no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, quanto no âmbito do IFRO, enfrentam diversas barreiras para o exercício de seu ofício e para o seu desenvolvimento profissional, a começar pelo próprio processo seletivo, rigorosamente meritocrático e insensível às adaptações que poderiam ser feitas para produzir efeitos de igualdade nas condições de participação nos certames.

Quando ingressos no Serviço Público, outras barreiras ainda se fazem presentes, como as de tipo arquitetônicas, como falta de rampas e de banheiros adaptados; tecnológicas, como a falta de computadores e de *softwares* específicos; e atitudinais, como o preconceito, velado ou explícito, que configura situações de exclusão. Ademais, esse segmento não recebeu, no último triênio, nenhum curso de formação específica que contemplasse as suas necessidades profissionais com as adaptações necessárias para a sua plena fruição.

Depreende-se, então, a imprescindibilidade da ampliação de pesquisas e do fortalecimento dos movimentos sociais que visam a expandir as fronteiras da inclusão, favorecendo cada vez mais a participação ativa das PcDs nos diversos âmbitos do contexto social, e possibilitando o exercício pleno de seus direitos, em especial o direito ao trabalho, inclusive na área da docência, na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ANDRIETTA, Tatiane Cristina Moreira. **Formação inicial de professores da Educação Básica: a construção dos saberes profissionais**. Dissertação (Mestrado em Educação), 80 fls. Pontifícia Universidade Católica de Campinas: Campinas, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL, República Federativa. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 12 Out. 2022.

BRASIL, República Federativa. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Brasília: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em 12 Out. 2022.

BRASIL, República Federativa. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 12 Out. 2022.

CARVALHO, Maria do Rosário. **O acesso de servidores públicos com deficiência na Universidade Federal da Paraíba e as barreiras atitudinais no ambiente de trabalho.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior), 116 fls. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GAUTHIER, Clermont; MARTINENEAU, Stéphane; DESBIENS, Jean-Francois; SIMARD, Denis. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

HOMERO. **Odisseia.** São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Edital Nº 73/2021/REIT - CEA/IFRO. Disponível em: <https://selecao.ifro.edu.br/docente/892-edital-n-73-2021-concurso-publico-para-docente-ebtt>. Acesso em 10 Out. 2022.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia EDITAL Nº 30/2018/REIT CGAB/IFRO, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. Disponível em: <https://selecao.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/541-edital-n-30-2018-reit-concurso-docentes-outubro-2018-reitoria>. Acesso em 10 Out. 2022.

MACHADO, José Luis. **Gestão Inclusiva: Propostas para a inclusão laboral em uma IFES.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), 116 fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Porto Alegre 2019

PAULA, Camila Henriques; SILVA, Wânia Candida; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; ABRANTES, Luiz Antonio. Dilema Orçamentário: a busca pela estabilidade no contexto de retração. RAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, pp. 940-965.

PLATT, Adreana Dulcina. **O paradigma inclusivo das políticas educacionais e o paradigma excludente das políticas econômicas nos anos 90: o constructo sócio-conceitual da normalidade/anormalidade (ou adequação social).** Tese (Doutorado), 161f. Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação, Campinas, 2004.

RONDÔNIA, Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado da Educação Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas. **Edital N. 237/GCP/SEGEP, de 22 de Setembro de 2016.** Atualizado conforme retificações 01, 02, 03, 04 e 05. Disponível em: https://www.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/SEDUCRO2016/Editais_retificacoes/Edital-Abertura-de-Concurso-Publico-SEDUC-RO-atualizado-conforme-retificacoes-05.pdf. Acesso em 14 de out. 2022.

RONDÔNIA, Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado da Educação Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas. **Edital de Concurso Público N.006/GDTH/SEAD, de 10 de Janeiro de 2013.** Disponível em: <https://concursosnobrasil.com/concursos/edital/edital-seduc-ro.html>.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submetido em: dezembro de 2022

Aprovado em: março de 2023